

A CRISE DOS 500 ANOS (OU 500 ANOS DE CRISE)

Rubens Ricupero*

Ao se aproximar dos 500 anos, o Brasil vive crise inédita, que não só aumenta para seu povo a carga acumulada de sofrimentos herdada de episódios anteriores, mas, pela primeira vez é percebida de fora como ameaça à estabilidade da economia-mundo.

Nada ilustra melhor como o aumento da interdependência tornou tudo o que é nacional e local, relevante para o mundo e, em grau muito maior, tudo o que é global, relevante para as comunidades nacionais e locais.

Aliás, a própria essência íntima desta crise consiste precisamente na inter-relação país-mundo. A fim de resolver problema basicamente nacional – a deriva para a hiperinflação – valorizou-se a moeda, como instrumento para pôr a economia internacional a serviço da conquista de objetivo doméstico. O barateamento das importações ajudou a segurar os preços internos mas ao custo de crescentes déficits comerciais e em contas correntes, cobertos por outra contribuição internacional, os investimentos e financiamentos estrangeiros. No momento em que a crise iniciada na Ásia aumenta o temor do risco dos mercados emergentes e põe fim à conjuntura de liquidez abundante, o país é forçado a uma contração violenta para ajustar-se às novas condições mundiais. É como se, tendo tentado transferir a bomba-relógio dos nossos problemas para o mundo, este agora nô-lo tivesse devolvido no instante em que a contagem se acerca do ponto crítico e a bomba ameaça explodir em nossas mãos.

Secretário Geral da UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento.

Estudos de Sociologia

Traduzida, assim, em seus elementos fundamentais, a situação atual não passa de manifestação a mais do “estrangulamento do setor externo”, velho conhecido nosso que, sob formas diversas e a intervalos quase regulares, nos acompanha desde a Independência. Não deixa, nesse sentido, de ser curiosa e melancólica a coincidência de que em 1898, exatamente cem anos atrás, o fim-de-século passado terminava como este: a assinatura por Campos Sales do “funding loan”, o acordo com os credores a fim de evitar a bancarrota, com condições e conseqüências parecidas de aumento de impostos, violenta deflação interna, falências em cadeia de empresas de todo o tipo. A diferença é que então tudo se passava em Londres, com o Banco Rothschild à frente e o Tesouro britânico discretamente atrás das cortinas e hoje os negociadores brasileiros partem para Washington a fim de tratar com o FMI, tendo na retaguarda o Tesouro norte-americano em postura mais ostensiva e declarada (contrariando o provérbio inglês segundo o qual “se você trouxe o cachorro, não é preciso latir no lugar dele”).

Se não faltam, portanto, precedentes para o garrote que nos sufoca, o que haveria de novo na sombra que se projeta sobre as comemorações do 5º Centenário? O que mudou foi, em primeiro lugar, o tamanho da economia brasileira e a simultaneidade de sua crise com a reação em cadeia que ameaça até os mercados financeiros mais avançados. Muito mais do que por ocasião do problema da dívida externa latino-americana a partir de 1982, o naufrágio do Brasil pode agora afogar muito passageiro de Primeira Classe. É o medo do contágio geral que explica a sensibilidade maior revelada neste episódio pelo Fundo Monetário, o Tesouro dos EUA ou o G-7.

A outra diferença é que as condicionalidades a serem impostas no pacote de resgate irão certamente estreitar ainda mais a margem de manobra brasileira, já reduzida de modo substancial pelas limitações oriundas dos acordos da Rodada Uruguai e outras iniciativas de igual inspiração a pretexto dos imperativos da globalização, reais ou supostos.

Rubens Ricupero

É esse o aspecto que nos interessa explorar aqui: até que ponto a integração do Brasil na economia globalizada condiciona, facilita ou dificulta a integração do próprio país? É ainda possível cogitar de projeto nacional em contexto de crescente e intrusiva interdependência? Existirá lugar hoje para afirmar a identidade nacional diante da tendência à uniformização de padrões?

Globalização e Autonomia Nacional

A questão se desdobra em dois problemas que, em termos algo esquemáticos, podem ser definidos da seguinte forma. O primeiro, de natureza mais econômica e social, é o da inserção ou marginalização em relação à economia global. Há um caminho único para essa inserção, que obriga a abdicar de veleidades de autonomia nacional em favor da aceitação de modelos e regras de validade universal? Ou existirão caminhos e modalidades distintas de inserção que admitem levar em conta valores e objetivos particulares sem comprometer basicamente a meta de alcançar os benefícios de escala da economia de dimensão planetária?

O segundo problema possui caráter sobretudo político e cultural e é geralmente descrito como o perigo da perda da identidade cultural diante da imposição maciça, por meio das telecomunicações e da indústria áudio-visual, de padrões e mentalidades características da cultura hegemônica, a norte-americana e, por extensão, a ocidental. Estaremos condenados à uniformidade da cultura popular de massa, com gostos e preferências indiferenciados que se estenderão do “fast food” à música, dança e literatura? Ou poderemos esperar que o aumento da comunicação entre povos e culturas produza o enriquecimento da inter-fertilização de estilos, a diversidade dentro de uma unidade alargada e fecundada por aportes diferentes?

É impossível avançar muito nessa investigação se não se começar por esclarecer o que temos em mente quando falamos

Estudos de Sociologia

em globalização, expressão das mais ambíguas e enganadoras, significando coisas diversas para interlocutores diferentes.

Sem intenção de ser exaustivo ou particularmente rigoroso, pode-se dizer que existem duas maneiras básicas de encarar a globalização: como fenômeno histórico ou como ideologia. Na primeira acepção, tenta-se apreender e descrever de modo tão objetivo como possível, abstendo-se de juízos de valor, o que se passa no domínio da realidade, dos fatos sob exame, avaliando, como em todo fenômeno histórico, os elementos de continuidade e os de ruptura com o passado.

A segunda abordagem pretende deduzir comportamentos e normas a partir do que julga captar da realidade. É prescritiva, normativa, tombando com freqüência na doutrinação, na imposição de caminhos. Torna-se então prescrição ou conselho sobre a melhor ou a única política a seguir a fim de ter êxito, isto é, na prática concreta, a recomendação de que todos os países adotem políticas de liberalização rápidas e radicais como meio mais seguro de integração à economia internacional.

Esse tipo de interpretação desfigura a globalização de quatro maneiras principais. Pelo *reducionismo*: reduzindo-a a um só ou a alguns poucos dos seus diversos elementos constitutivos, quase sempre de natureza econômica, comercial ou financeira, esquecendo ou minimizando componentes políticos, sociais, culturais.

Pelo *determinismo*: considerando como mecânico, automático, irresistível, como a “tirania dos fatos”, a imposição obrigatória de novas relações de produção geradas pela tecnologia, o que decorre na verdade mais das escolhas dos homens ou dos interesses dos poderosos.

Pelo *conformismo*: pretendendo que a uniformidade cultural e a falta de alternativas nos forcem a aceitar, queiramos ou não, uma só e invariável solução, a recomendada pelo “pensamento único”.

Rubens Ricupero

Pelo *anti* ou *a-historicismo*: afirmando que se trata de fenômeno inteiramente novo, sem precedentes históricos, essencialmente “outro”, diferente em relação ao passado.

Ao contrário dessas simplificações, a globalização é sobretudo processo de natureza cultural e histórica, abarcando muito mais que os componentes econômicos. Em todas suas etapas, ela tem sido sempre o produto de revolução no domínio cultural, que se exprime em geral pela superação de novas fronteiras científicas e tecnológicas, tornado possíveis formas inéditas de dominação política ou produção econômica.

Da perspectiva que nos interessa, a globalização se confunde em boa medida com a expansão do Ocidente e tem seu ponto de partida nas grandes viagens marítimas de descoberta dos séculos XV e XVI. Encontra sua raiz na transformação cultural do Renascimento, as revoluções coperniqueana e galileana, o novo conceito do ser humano e seu papel no universo, os inícios da ciência experimental. Em termos de aplicação prática, os progressos tecnológicos em matéria de desenho de novas embarcações (a caravela), nas técnicas e instrumentos de navegação (a bússola), em cartografia. Ao lado das invenções técnicas, as criações jurídicas, as invenções intangíveis (o contrato de seguro marítimo, a letra de câmbio, o desenvolvimento das operações bancárias, mais tarde a sociedade por ações, possibilitando mobilizar capitais imensos com responsabilidade limitada). Tudo isso é que vai abrir caminho à expansão do Ocidente por meio da primeira encarnação do capitalismo na sua variante mercantilista, em busca do monopólio do comércio e da navegação, o chamado “exclusivo”, a criação de entrepostos e colônias mercantis na Ásia, África e nas Américas.

No prólogo do livro *The Portuguese Seaborne Empire*, Charles Boxer conta que, em 1552, o cronista espanhol Francisco López de Gómara, ao dedicar ao imperador Carlos V sua *História General de las Indias*, descrevia as viagens de descoberta das rotas marítimas para as Índias Ocidentais e Orientais como “o maior acontecimento desde a criação do

Estudos de Sociologia

mundo, à parte a encarnação e a morte d'Aquele que o criou". Dois séculos mais tarde, Adam Smith, presbiteriano escocês, dizia, em *The Wealth of Nations*, o mesmo que o católico espanhol: "A descoberta da América e a de uma passagem para as Índias Orientais pelo Cabo da Boa Esperança são os dois maiores e mais importantes acontecimentos registrados nos anais da humanidade".

Boxer acrescenta que, mesmo nesta era de viagens espaciais, muita gente, inclusive não-cristãos, admitiriam que os dois autores não estavam errados. "Pois a característica mais marcante da história da sociedade humana antes das viagens de descobrimento de portugueses e espanhóis era a dispersão e o isolamento dos diferentes ramos da espécie humana." Esses ramos em grande parte se ignoravam uns aos outros ou só tinham dos demais notícias vagas, imprecisas, míticas. Foram os pioneiros ibéricos da fimbria ocidental da Cristandade que "por bem ou por mal, estabeleceram vínculos de união entre os braços da grande família humana dispersos e afastados entre si. Foram eles que, pela primeira vez, fizeram a Humanidade consciente, ainda que debilmente, de sua unidade essencial".

Não convém exagerar o aspecto "ruptura" dos Descobrimentos, incorrendo na mesma censura que se fez a Toynbee, de ter privilegiado nas grandes civilizações sua auto-suficiência e originalidade, como se tivessem sido unidades fechadas em si mesmas. É claro que sempre houve, desde os tempos de babilônicos e egípcios, empréstimos recíprocos entre as culturas, importações de conquistas científicas e tecnológicas, aprendizado de umas com as outras. Basta pensar no que os gregos ficaram a dever ao Egito, na transformação da cultura romana pela Grécia ou no que a Idade Média cristã recebeu dos seus inimigos árabes, em filosofia, matemática, medicina. Trata-se, portanto, mais de salto de intensidade, do aprofundamento e alargamento dos contactos, quase de sua institucionalização, em comparação ao caráter de certa forma esporádico, às vezes fragmenta-

Rubens Ricupero

do e interrompido do passado. E há, por outro lado, a dimensão européia-ocidental que predomina a partir desse momento. Não é por outra razão que o historiador hindu K.M.Panikkar denomina em seu *Asia and Western Dominance* a fase de 1498 a 1947 (independência da Índia) de “Vasco da Gama Period” da história asiática.

A afirmação e dominação ocidental, acompanhada de adicional salto de intensidade, vai conhecer segunda fase no século XVIII, de novo introduzida por revolução cultural no campo da ciência e da tecnologia. É a revolução newtoniana, a lei da gravidade e o princípio do equilíbrio aplicados a todos os domínios da cultura, a filosofia das Luzes, os avanços na física, química, história natural, a invenção do motor a vapor, com a transformação da indústria de tecidos pela introdução das máquinas, a siderurgia, os navios a vapor, as ferrovias, mais tarde a eletricidade e os automóveis movidos a petróleo. Será igualmente a revolução industrial, a era do imperialismo, da partilha da África, da abertura forçada dos mercados da China e do Japão. Ao capitalismo mercantilista sucede o industrial, que liquida o monopólio dos ibéricos e força a abertura dos portos ao comércio britânico. A integração do planeta se eleva de alguns graus.

Vivemos hoje a terceira fase desse processo, como os demais impulsionada por transformações culturais e científicas, particularmente as conquistas em matéria de eletrônica, de computadores, de telecomunicações. Diversamente das modificações anteriores, limitadas à energia e à matéria, a atual é uma transformação do tempo e do espaço, a aceleração do tempo e o encolhimento do espaço, duas mudanças que fazem os homens e as culturas mais próximos e conscientes reciprocamente.

Mas, se ainda uma vez, a revolução científica e tecnológica está na raiz desta nova etapa, seu efeito integrador foi acelerado por uma ruptura política decisiva. A queda do muro de Berlim, a desintegração da União Soviética, a liquidação dos regimes comunistas na Europa Central e Oriental, a unificação da Alemanha, são acontecimentos que põem fim à heterogeneidade ideológica

Estudos de Sociologia

introduzida pela Revolução Bolchevista de 1917 e criam clima favorável à crescente convergência em termos de legitimidade política e de formas de organização social e econômica.

As inovações tecnológicas aceleram a velocidade e o barateamento dos transportes e das comunicações, lançando as bases para o aparecimento da economia globalizada. A concepção, o desenho e a fabricação dos produtos perdem o caráter integrado dentro de uma economia puramente nacional para se tornarem atividades que podem ser parceladas em segmentos a serem executados geograficamente em países diferentes e depois montados segundo a lógica dos custos. Os mercados comerciais se unificam com a queda das barreiras. No livro *Being Digital*, Nicholas Negroponte usa a expressão “Bits versus atoms” para explicar que as transações internacionais consistem cada vez mais em materiais (átomos) atravessando fronteiras nacionais e cada vez mais de “bits” (de informação) que fluem de um computador a outro, de um a outro celular ou de um satélite a uma estação terrestre. Começa-se a utilizar a Internet não só para concluir operações comerciais mas até para entregar um produto quando seu caráter é não-material (programa de software, projeto de arquitetura, de cálculo, de engenharia, parecer jurídico ou de consultoria, auditoria contábil, campanha de publicidade, textos literários, música, arte). Isso tudo possibilitou o aumento fantástico da circulação de recursos financeiros e a velocidade das operações com moedas estrangeiras. É o predomínio do capitalismo financeiro e sua desvinculação parcial do mundo real da indústria e do comércio, a exacerbação do espírito de especulação, acarretando crises financeiras e monetárias cada vez mais frequentes e destrutivas.

Essa nova economia é: 1º) de alta velocidade; 2º) de alta intensidade em conhecimento e já não mais em capital, mão-de-obra e recursos naturais; 3º) predominantemente transnacional; 4º) extremamente competitiva.

Como resultado do impacto dessas transformações, os últimos bastiões do isolamento tombam um após o outro: Vietnã, Camboja, Birmânia, Mongólia. O espaço econômico se unifica

Rubens Ricupero

em escala planetária para o comércio, os investimentos das empresas transnacionais, os fluxos de empréstimos, de operações monetárias. A Internet cria a possibilidade de organizar campanhas sobre direitos humanos, meio-ambiente, questões trabalhistas de um canto ao outro da terra. Parece que chegamos ao fim de “cinco mil anos de solidão”.

Pode-se talvez objetar que esse conceito de globalização é abrangente demais e o dilui a ponto de confundir-lo com a evolução do capitalismo ou da expansão do Ocidente. Penso, ao contrário, que somente essa visão braudeliana concilia e equilibra ruptura e continuidade, o inédito de certos eventos contemporâneos (o impacto da eletrônica, das telecomunicações, a queda do muro de Berlim) e a continuidade do fluxo majestoso das correntes profundas que caracterizam os ciclos seculares, de longa duração, a história gêmea, de meio milênio, do capitalismo e do Ocidente.

A questão não é de interesse meramente acadêmico. A abordagem de largo fôlego facilita desmascarar imposturas ideológicas que se valem do falso argumento da absoluta excepcionalidade do momento atual. Exemplo claro é o da tentativa interesseira de fazer aceitar a idéia de que globalização e liberação são termos sinônimos e intercambiáveis, utilizando-se a equivalência para exigir aos países que se liberalizem sem condições sob pena de ficarem à margem da globalização. O raciocínio cai rapidamente por terra quando se assinala que, em outras fases da globalização, na era vitoriana, entre 1870 e 1914, não só o nível de liberalização igualava ou superava o atual em comércio e investimentos, como era incomparavelmente mais acentuado em matéria de mobilidade de mão-de-obra e de tecnologia. Foi nessa época que 50 milhões de europeus emigraram para as Américas e a Oceânia, sem contar os milhões de “coolies” asiáticos. Esse era também o tempo em que se podia imitar ou copiar muito mais facilmente invenções, livros, músicas.

Hoje, no auge da neo-globalização, exacerbou-se a liberação comercial, financeira, de investimentos, mas paradoxalmente registra-se retrocesso nítido em política de imigração e tendência

Estudos de Sociologia

cada vez mais restritiva ao reforço dos monopólios de exploração de patentes e outras formas de restringir o acesso à propriedade intelectual. Em relação a esses dois fatores de produção, o trabalho e a tecnologia, não existe nada que se assemelhe à liberalização a toque de caixa promovida no tratamento do capital e do comércio. No caso da tecnologia, está-se tornando difícil e até impossível comprar certas tecnologias sensíveis consideradas essenciais para assegurar o domínio do mercado pelas empresas que as controlam. E isso ocorre justamente quando o acesso ao conhecimento e à informação passou a ser o fator decisivo do desenvolvimento.

O Brasil, produto da globalização

Devido à democracia semi-direta, como na Grécia antiga, e à milícia formada por todos os cidadãos, diz-se que na Suíça não *tem* exército, a Suíça é um exército. Da mesma forma, pode-se afirmar que o problema do Brasil não é a falta de integração à globalização, mas o caráter subalterno e dependente de uma integração existente de velha data. Isto é, o problema brasileiro não é pouca globalização, a quantidade mas a qualidade do fenômeno, a velha questão de ser “cavalcanti ou cavalgado”.

De fato, o que é o Brasil senão o fruto da expansão do capitalismo mercantil do Ocidente? Sua invenção ou achamento, como então se dizia, é episódio, intencional ou não, da segunda viagem da carreira das Índias e, por mais trinta anos após a descoberta, ele continuou como aguada e porto de abastecimento de frutos e legumes frescos para os navios do Oriente. É mesmo dos raros países batizados com o nome de um dos produtos exóticos de que era guloso o mercantilismo, o pau-brasil. Sua população, produto da mistura das “três raças tristes”, não teria existido sem as migrações européias e asiáticas bem como o tráfico de africanos, elementos integrantes da globalização. Todos os seus ciclos

Rubens Ricupero

econômicos, do açúcar ao café (e, pode-se acrescentar, à soja ou suco de laranja), nasceram, cresceram e definharam à sombra do comércio global.

A Independência é outro episódio do mesmo movimento de longa duração, só que agora na fase do capitalismo da Revolução Industrial, com seu horror ao monopólio mercantil das metrópoles e a exigência de abertura dos portos. A guerra e o reconhecimento da Independência foram financiados por empréstimos globais da praça de Londres, semente da dívida externa que desde então não cessou de aumentar. As ferrovias e portos, infraestrutura da economia, foram construídos por capitais ingleses e por eles geridos, às vezes até à Segunda Guerra Mundial.

O Brasil partilha, é verdade, essa certidão de nascimento e de maturidade com os demais “países novos” das Américas e alguns outros (Austrália, Nova-Zelândia). Ela não deixa, contudo, de ser característica singular como genealogia e não pode ser estendida aos velhos países do Ocidente ou do Oriente, próximo ou remoto, cuja identidade já se encontrava definida em suas linhas mestras antes que a primeira caravela tocasse o mar com sua quilha. Nem a China, a Índia, o Japão, a Arábia, a Pérsia cabem nesse molde, e tampouco nele se enquadram a Rússia, a Alemanha, a Inglaterra, a França, a Itália, a Espanha ou Portugal.

Em nosso caso, como mostrou José Guilherme Merquior, a inserção na economia mundial foi a condição mesma que tornou possível a preservação, por período quase secular, do tipo de organização econômica e social geradora dos desequilíbrios e desigualdades que, até hoje, constituem o obstáculo principal à realização do país como unidade coesa e integrada. Em sua última conferência em Paris, em fins de 1990, poucas semanas antes de morrer, José Guilherme descrevia como o projeto de Brasil de José Bonifácio se vira suplantado pelo que chamava de modelo liberal-oligárquico, que iria se estender de 1850 a 1930. Prolongamento da estrutura herdada da colônia e sustentado no latifúndio

Estudos de Sociologia

dio (o sistema de *plantation*) e na escravidão (mais tarde no assalariado rural miserável), esse modelo só podia subsistir graças ao fornecimento de produtos tropicais de exportação (açúcar, café, cacau) para os mercados externos junto aos quais funcionava como apêndice e complemento perfeitamente integrado na divisão internacional de trabalho. Seu efeito duplamente concentrador da riqueza e da renda, por meio da propriedade da terra e do trabalho não-remunerado, moldou perduravelmente a realidade do que Joaquim Nabuco chamava de “país sem povo”, pois um povo verdadeiro deveria ser formado por homens livres e não por escravos.

O exemplo revela claramente que não é qualquer tipo de inserção no comércio e na economia globais que contribui para metas desejáveis de progresso social e econômico. É até paradoxal observar como certos países latino-americanos que estiveram um tanto à margem da economia mundial do século XX, devido à sua pobreza de produtos cobiçados pelos mercados da época, emergiram dessa experiência com perfil de desenvolvimento modesto mas menos distorcido pelas desigualdades monstruosas dos “sucessos” de então. Pense-se, por exemplo, em Costa Rica, nação de agricultores de classe média, comparada com a opulenta Cuba do açúcar e do tabaco (e dos escravos). Ou o Chile remediado, confrontado ao Peru dos oligarcas. O panorama não é diferente entre nós. Basta lembrar da província fluminense dos barões de Vassouras, do Comendador Breves, com seus milhares de escravos, de um lado e da Santa Catarina das pequenas e médias propriedades, da colonização européia, do outro. Ou mesmo no Nordeste, Pernambuco e Alagoas do açúcar e dos senhores de engenho e das taras políticas e sociais produzidas pelo contraste de dominação e sujeição, em cotejo com estados que nunca gozaram de grande prosperidade no passado, como o Ceará, o Rio Grande do Norte, Sergipe, que hoje se mostram mais aptos a produzir setores empresariais modernos.

A verdade é que o tipo de inserção de que o Brasil longamente desfrutou, a da economia de exportação do setor primário, concentrou o avanço tecnológico e a riqueza ape-

Rubens Ricupero

nas nesse segmento estreito da população, com muito pouco transbordamento e efeito multiplicador para o resto. As províncias e regiões, do Pará da borracha ao Rio de Janeiro do café, passando pelo Pernambuco do açúcar e a Bahia do cacau, estavam vinculadas às praças estrangeiras de onde tudo importavam, mantendo entre si contactos econômicos de pouca densidade, dificultados adicionalmente, na época da navegação à vela, pelo problema dos ventos da contra-costa do Nordeste. Se era raso, superficial, o nível de interação econômica entre as regiões, ainda menos positiva foi a influência desse modo de inserção na integração da população, já que a escravidão, o obstáculo mais formidável que se possa imaginar a qualquer esforço de homogeneização social, era justamente perpetuada (e justificada) pela necessidade de manter alimentada a lavoura de exportação.

Esse panorama só começa a mudar com a industrialização, protegida por barreiras aduaneiras ou facilitada pela escassez de divisas e dificuldades de abastecimento devido a causas externas. É interessante notar que a industrialização vai receber forte impulso durante os dois conflitos mundiais e a grande Depressão, períodos em que se teve de reduzir à força o tipo de inserção tradicional na economia externa. É só então que se esboça aos poucos a formação pela primeira vez de um mercado nacional, com a gradual ligação das regiões por vias de transportes outras que a antiga navegação de cabotagem. Faz sua aparição o proletariado industrial, o peso da massa dos salários urbanos cria mercado de consumo para os produtos da indústria paulista e, como observa Celso Furtado, até os ricos oferecem seu quinhão de sacrifício pois são obrigados a renunciar às importações de luxo e consumir os mofofinos produtos nacionais...

A tensão dialética entre objetivos de integração social e nacional, de um lado e de integração a conjuntos econômicos mais amplos, transnacionais (continentais ou globais), do outro, não se esgota nesse exemplo. Pouco mais de três décadas atrás, na Argentina, a tendência “desarrollista”, liderada por Rogelio Frigerio dentro do partido do presidente Arturo

Estudos de Sociologia

Fronzizi, abordava com desconfiança o nascente processo de integração latino-americana no seio da ALALC, acentuando que era preciso primeiro integrar o país consigo próprio, antes de integrar-se com os vizinhos. Chamava a atenção, nesse período, para o abandono de regiões periféricas como a Patagônia, mais integrada com o Chile do que com o resto da Argentina. Os partidários dessa fracção temiam também que, em relação ao Brasil em vias de acelerada industrialização, a Argentina acabasse relegada ao papel de “granja da América” e condenada a intercambiar “trigo por acero”.

As provas de que o problema continua atual tampouco faltam. Na União Européia, o separatismo da Lega Nord, na Itália, pouco mais de um século após a unificação do país, reflete como a segurança fornecida pelo mercado europeu ampliado reduz a solidariedade com o empobrecido Sul da península, sugerindo que um movimento destinado a promover a integração de um conjunto maior pode paradoxalmente pôr em risco a unidade nacional alcançada a duras penas. Outro exemplo é o dualismo ou “polarização geográfica” que está a caracterizar a integração do México com os EUA no âmbito do Nafta, favorecendo, até agora, muito mais os estados da fronteira (a média de salários de Nuevo León é três vezes maior que a de Chiapas, a expectativa de vida no norte é de 20 anos mais que no sul, o consumo per capita na Baja California é cinco vezes superior ao de Oaxaca) do que os do sul, em boa parte excluídos desses benefícios.

Eu mesmo ouvi muitas vezes em Manaus e Belém expressões de dúvida sobre as possíveis vantagens que a Amazônia poderia retirar do Mercosul, para meus interlocutores realidade remota, em comparação com os ganhos mais tangíveis que derivariam do intercâmbio com vizinhos próximos como a Venezuela, a Colômbia, as Guianas, os países caribenhos.

O que se pode reter desses exemplos é que variam muito, segundo os países, o grau de essencialidade e as implicações da inserção na economia global. Cidades-Estado como Hong Kong ou Cingapura, para as quais o comércio exterior representa 150

Rubens Ricupero

por centro ou mais do PIB, pequenos países abertos e tradicionalmente especializados na intermediação comercial como a Holanda e a Bélgica, não têm outra opção. Ninguém, contudo, pretenderia que idêntica prioridade fosse válida para os “países-monstros” da classificação de George Kennan (ver *Around the Cragged Hill*), isto é os Estados que somam a um território continental, população gigante. A rigor, são apenas cinco, EUA, China, Índia, Rússia e Brasil, aos quais tenciona juntar-se a União Européia à medida que estende sua unificação a domínios essenciais como a política exterior e a de defesa. A característica comum de todas essas economias é que elas haurem sua força basicamente de poderoso mercado interno, as exportações para terceiros raramente representando mais de 12 a 15 por cento do PIB (isso é válido até para a União Européia se considerarmos o comércio intra-europeu como doméstico, o que ele é, pois não mais enfrenta barreiras).

Os próprios Estados Unidos, principais beneficiários da globalização, até o início dos anos cinquenta exportavam para o resto do mundo cerca de 4 a 5 por cento do PIB. Em razão da própria envergadura descomunal de unidades cuja produção em certos casos se aproxima ou ultrapassa a cifra de um bilhão de pessoas, é difícil imaginar que elas possam um dia tornar-se parte de conjuntos regionais como o europeu, devido ao desequilíbrio que isso geraria. Os países gigantes ocupam, portanto, em relação ao desafio da integração global, posição *sui generis*, que não pode ser reduzida à de nações menores. Uma das razões para isso não é propriamente o tamanho mas complicador que decorre geralmente do tamanho: a extrema heterogeneidade das regiões e sub-regiões desses países. Em algumas instâncias, como na Índia ou na Rússia, a diversidade abrange os domínios mais variados como o das etnias, culturas, religiões e línguas, chegando a ultrapassar o número de uma centena de idiomas diferentes. Mesmo quando a heterogeneidade cultural não atinge tais extremos, ela é quase sempre marcante em termos das economias regionais, que exibem com freqüência entre si não só diferen-

Estudos de Sociologia

ças de nível e grau mas de natureza e estrutura. A complexidade decorrente da heterogeneidade estrutural torna particularmente perigosas para esses países modalidades de inserção que destroem o equilíbrio precário pré-existente. É o que se viu no caso da desintegração da União Soviética (onde fatores não-econômicos desempenharam o papel central) e que se continua a observar com a Rússia, sujeita ainda a fortíssimas pressões centrífugas. Foi esse exemplo, aliás e o temor de que ele se propagasse a suas tradicionalmente turbulentas províncias que levou a China a rejeitar qualquer coisa que se assemelhasse à liberalização tipo *Big Bang*.

Em texto incluído no livro sugestivamente intitulado *A Construção Interrompida*, Celso Furtado já indagava: “... como desconhecer que o esvaziamento dos sistemas decisórios nacionais será de conseqüências imprevisíveis para a ordenação política de vastas áreas do mundo, em particular para os países subdesenvolvidos de grande área territorial e profundas disparidades regionais de renda, como é o Brasil?”

Observava em seguida: “... a partir do momento em que o motor do crescimento deixa de ser a formação do mercado interno para ser a integração com a economia internacional, os efeitos de sinergia gerados pela interdependência das distintas regiões do país desaparecem, enfraquecendo consideravelmente os vínculos de solidariedade entre elas”. E concluía: “Em um país ainda em formação, como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas conduzirá quase necessariamente a tensões inter-regionais, à exacerbção de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional”. Quando se lembra o que ocorre na guerra de subsídios aos investimentos entre estados da federação e o verdadeiro leilão promovido pelas transnacionais para instigar a concessão desses subsídios, vê-se que Celso Furtado não foi mau profeta.

Mas, como ele mesmo admite: “Um sistema econômico nacional não é outra coisa senão a prevalência de critérios políticos que permitem superar a rigidez da lógica econômica

Rubens Ricupero

na busca do bem-estar coletivo”. É aqui precisamente que reside a vantagem comparativa dos Estados gigantes, verdadeiros micro-universos, mais capazes que outros países menores de fazer prevalecer sua vontade política sobre a lógica de custos das transnacionais, utilizando para isso o poder dos seus imensos mercados internos. Desde, é claro, que exista essa vontade política a serviço de um projeto de nação.

Ela existia no Brasil quando a empregamos para implantar a indústria automobilística e voltou a operar quando José Serra, ministro do Planejamento, foi capaz de usar a vontade política para reverter a tendência de desinvestimento que se esboçou em 1995.

É essa mesma vontade a serviço de um projeto nacional completo, inclusive com autonomia de decisões em política exterior e de defesa, que distingue a China e a Índia. São exemplos que refutam convincentemente o mito da irresistibilidade da globalização e comprovam, de lambugem, que a autonomia das decisões, a escolha de ritmo prudente, gradual, controlado, de liberalização, sobretudo financeira, não só não prejudica como é o melhor meio de proteger-se do contágio de crises devastadoras como a que assola a Ásia e o mundo.

O caso da China é particularmente eloqüente pois se trata do país que, sem discussão, mais e melhor se tem beneficiado das oportunidades da globalização em matéria de atração de investimentos e de aumento espetacular de exportações. Pois bem, contrariando os postulados da suposta inevitabilidade da receita globalizadora, a China não seguiu nenhuma das prescrições do “consenso de Washington” e de outros *Diktats* reputados imperativos e irrecusáveis.

É o que reconhece Joseph Stiglitz, Economista-Chefe e Vice-Presidente do Banco Mundial: “A magnitude e o sucesso da economia da China ao longo das últimas duas décadas representa um mistério para a teoria convencional. A economia não só desprezou a estratégia de privatização radical, mas

Estudos de Sociologia

deixou igualmente de incorporar numerosos outros elementos da doutrina de liberalização e do consenso de Washington. E no entanto, a China constitui a maior história de sucesso das duas décadas recentes... Se as 30 províncias da China fossem tratadas como economias separadas, e muitas delas têm populações que excedem as da maioria de países de baixa renda, as 20 economias de crescimento mais rápido entre 1978 e 1985 teriam sido, todas elas, províncias chinesas”.

Não se diga que o exemplo é pouco edificante, dada a natureza do regime. A Índia, que vem experimentando taxas de crescimento de 6 a 7 por cento ao ano, que formou o maior conjunto de cientistas fora dos países industrializados e também foi em grande parte poupada pela crise financeira por ter sempre mantido controles prudentes de capitais especulativos, é a maior democracia do mundo, com instituições parlamentares capazes de se adaptar a níveis quase inimagináveis de diversidade étnico-cultural e heterogeneidade econômico-social. Mas, como a China, é país que soube usar o tamanho do mercado para realizar projeto nacional autônomo, recusando as ridículas e superficiais cantilenas das sereias da globalização.

É certo que já não se dispõe hoje da amplíssima margem de escolha da época dos extremos ideológicos, quando se ia do totalitarismo estalinista ou maoísta, numa ponta de espectro, ao mais radical liberalismo do mercado, na outra. Em lugar de branco ou negro, só nos resta a escolha de variedade infinita de gradações de cinzento, com mais Estado ou mais mercado, mais ou menos flexibilidade ou segurança de emprego, mais ênfase na estabilidade de preços ou na expansão econômica. Essa administração dos matizes, essa busca do difícil equilíbrio entre o realismo dos fatos e o idealismo dos valores e aspirações, deixam espaço mais do que suficiente para cada sociedade construir modelo harmonizador da eficácia decorrente dos requisitos de validade universal com as especificidades particulares e as preferências próprias a povos de histórias e problemas diferentes.

Rubens Ricupero

Sempre foi assim nas etapas passadas da globalização. O mercantilismo holandês foi diverso do ibérico, assim como as variantes inglesa ou francesa não se confundiram com a batava. A Revolução Industrial não replicou na Europa continental o invariável clone livre-cambista britânico. Ao contrário, a teoria da proteção às “indústrias nascentes”, de Liszt, levou ao protecionismo bismarquino na Alemanha e esquemas análogos na França, Japão, Estados Unidos, países que se industrializaram à sombra de elevadas barreiras tarifárias (nos EUA a partir de Alexander Hamilton, em 1792 e durando até 1914). O capitalismo norte-americano de nossos dias não é igual ao modelo renano, de economia social de mercado, da Alemanha, nem ao francês ou ao japonês e, a despeito das pressões globalizadoras, é pouco provável que uma Europa crescentemente governada por socialistas queira ou possa sacrificar o Estado de Bem-Estar Social. Aliás, o modelo de mais êxito na Europa contemporânea é o da Holanda, que se caracteriza precisamente pelo consenso entre os parceiros sociais, trabalhadores e empresários e o governo.

Não será diferente no presente e no futuro. É isso o que a China e a Índia estão mostrando. Apesar de todos os constrangimentos inegáveis decorrentes do sistema globalizado de produção, a distância entre o sucesso e o fracasso dependerá, como sempre na História, da humana capacidade para governar com sabedoria, equilíbrio, senso de medida, fidelidade aos interesses coletivos da população. Quem ainda crê no determinismo e uniformidade da globalização, tem apenas que comparar as trajetórias e os resultados diametralmente opostos da China e da Rússia, na transição da economia centralmente planejada para a de mercado, a fim de convencer-se de que, em última análise, é a qualidade da liderança que faz a diferença, pois dela dependem não só a escolha das políticas mais adequadas a cada caso, como a capacidade de executá-las com eficiência.

Em conclusão, o Brasil pode e deve retomar a construção interrompida da cidadania e do mercado interno. Longe de se contradizerem, esses termos são interdependentes. A fim de ser

Estudos de Sociologia

cidadão, isto é, de participar plenamente da vida da comunidade, não basta ter abolido a escravidão, ser livre e ter o direito de voto. Foi essa a ilusão do passado, quando se pensava que a reforma eleitoral, o voto livre, secreto, universal, removeria nossas mazelas. Hoje sabemos que uma democracia de massas pobres, sem educação e saúde, sem acesso à informação ou vítima da informação controlada por impérios privados, pode ser melhor que o passado mas não é satisfatória. A verdadeira cidadania só se alcança quando se resolvem os problemas básicos do emprego, do salário digno, da possibilidade de se instruir e de se curar. Em, outras palavras, quando as pessoas se inserem na sociedade como produtores, por meio do emprego e como consumidores, graças à remuneração justa, quando elas se transformam em agentes, atores do mercado. A integração ao mercado de produção e consumo dos milhões de brasileiros que subsistem precariamente à margem dele, sem emprego ou com trabalho de baixa produtividade, é processo capaz de liberar altíssima carga de energia e de fornecer o dinamismo para o crescimento da economia por muitas e muitas décadas, tal é o atraso a recuperar nos padrões de consumo. O país e a economia têm de crescer de dentro para fora e não de fora para dentro.

É claro que necessitamos, como a China, da contribuição da economia global, do acesso de nossas exportações aos mercados externos a fim de aumentarmos a capacidade de importar, da competição que traz eficiência, de investimentos produtivos, de financiamento, de tecnologia. Mas esse deve ser aporte complementar ao esforço próprio, não seu substituto. Daí o imperativo de elevar a poupança doméstica para não voltar a agravar a excessiva dependência em relação a recursos estrangeiros. Para isso, temos de completar reformas internas só possíveis com um mínimo de consenso social e político. É o que dizia em 8 de novembro de 1963, há 35 anos atrás, San Tiago Dantas, ao receber poucos meses antes de sua morte, o título de “homem de visão” daquele ano dramático: “Terá de ser uma reforma incorporada às aspirações do povo, que suba das próprias bases sociais ... e não uma

Rubens Ricupero

reforma outorgada pela classe dominante, expressiva apenas de uma concessão sem conciliação ... que fira de frente o problema vital da segurança econômica do indivíduo na sociedade ... terá de produzir, a curto prazo e sem violência, com respeito dos direitos ... uma redistribuição de renda social, de modo que ... atinja a sociedade no seu todo, eleve o padrão de vida e crie número crescente de ocupações e atividades ...”.

Esta é a única resposta aceitável humanamente à pergunta que abria meu artigo. Dela decorre também a chave de outro dilema, o da antinomia uniformização versus identidade cultural. Em *Situação de Macunaíma*, Alfredo Bosi ensina que uma das principais motivações da obra foi “o desejo (...) imperioso de pensar o povo brasileiro, nossa gente, percorrendo as trilhas cruzadas ou superpostas da sua existência selvagem, colonial e moderna, à procura de uma identidade que, de tão plural que é, beira a surpresa e a indeterminação: daí ser o herói sem nenhum caráter” (grifado por mim).

Voltamos, com Macunaíma, ao ponto de partida desta nossa viagem de 500 anos de crise e crescimento, do esforço de criar condições para que se afirme finalmente a identidade brasileira, que só pode nascer da plena realização do potencial de nossa gente. Não é casual que as raras áreas onde o Brasil se projeta internacionalmente, o futebol e a música popular, sejam as únicas onde as pessoas não necessitam de acesso à produção formal para se distinguirem. Porisso só elas apresentam ao mundo o rosto mestiço, sofrido e criativo do nosso povo. Na véspera de completarmos meio milênio de vida, encerro este artigo com outra citação de San Tiago, retirada do artigo amarelecido de *Visão*, que se intitulada profeticamente “San Tiago Aponta Caminhos”: “...Nenhuma reforma poderá ser implantada hoje ... se não conseguirmos, em primeiro lugar, obter de nós mesmos, da classe dirigente como das classes produtoras e trabalhadoras, um nível mínimo de confiança na viabilidade de um projeto brasileiro”.